



# Anais da Assembléia

N. 117

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 31 DE OUTUBRO DE 1985

ANO XI

## 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 100.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1985 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury,  
Secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Alberto  
Oliveira e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Roberto Requião (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Em votação as atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela Ordem) — Senhor Presidente, requiro verificação de votação das atas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

7 Senhores Deputados aprovam; 1 Senhor Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

## 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 24.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1985 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury,  
Secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Alberto  
Oliveira e Erondy Silvério.

As quatorze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Roberto Requião (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"EDUCAÇÃO PARA A LIBERDADE:

UMA VISÃO LUTERANA"

"O livre liberto" (Martim Lutero)

ou

O homem novo, não mais opressor nem oprimido"

(Paulo Freire)

O tema aponta para o essencial da confissão evangélica luterana. Estamos sendo chamados para a liberdade — este é o centro da pregação de Paulo e João e de Martin Lutero. Mas, o que se entender por liberdade?

### LIBERDADE POLÍTICA

Evangélicos luteranos nas mais diversas épocas e regiões se bateram e batem pela liberdade política dos seus e de outros, não poucos através de luta armada. Exemplos:

- o próprio Lutero exigiu a independência da Alemanha do estrangeiro e no fim da vida se preocupou bastante com a liberdade do país no futuro;
- a primeira nação que aboliu - 15 anos antes da segunda, a Inglaterra - a escravatura e o tráfico de escravos foi a Dinamarca, que havia aceito a Reforma; já o primeiro missionário protestante, oriundo da Europa Continental, um evangélico luterano que trabalhou em uma colônia na Índia (morreu em 1719), combateu a escravidão de forma que, em 1742, não se admitiu pessoa envolvida em tráfico de escravos na preparação para o Batismo;
- os líderes do levante sangrento dos húngaros, contra a ocupação austríaca aliada aos russos, no século passado, foram todos evangélicos luteranos, entre eles pregadores leigos;
- durante a Segunda Guerra Mundial, bispos e teólogos evangélicos, luteranos, na Noruega e mesmo na Alemanha, participaram da resistência ativa à tirania hitlerista;
- em nossos dias, grande parte dos integrantes do movimento popular na Namíbia contra o regime racista da África do Sul são evangélicos luteranos, e na sua coordenação há pastores.

### LIBERDADE SÓCIO-ECONÔMICA

Evangélicos luteranos de diferentes tempos e partes do mundo - na sua frente, Martin Lutero - se engajaram e engajam pela liberdade sócio-econômica. Alguns informes:

- Lutero reclamou fortalecimento da agricultura em detrimento do comércio; auto-suficiência econômica para o país; estabelecimento de preços mínimos para alimentos básicos e desapropriação de padaria que vendia caro em época de escassez; término da importação de supérfluos; proibição dos cartéis e exclusão do intermediário; transformação de edifícios eclesiásticos ociosos em asilos, escolas, hospitais e armazéns. Ele ensinou servir ao bem comum (providenciando pão, trabalho e educação para todos) como critério decisivo tanto para a atuação das autoridades, quanto para a valia ou não da profissão do cidadão. Ele de-

clarou atentório ao Sétimo Mandamento o mercado livre sem limites e a cobiça de ter. Qualificou de anticristão cobrar mais que 4% de juros ao ano.

(Não admira que Karl Marx em "O Capital" cite, como único teólogo, Lutero, e os marxistas contemporâneos chegam a fazer descobertas nele que deixam muita "gente luterana" perplexa); na época da Reforma, e ainda depois, pregadores evangélicos luteranos conclamaram a não se pagasse juros e responsabilizaram os que "querem ser ricos, custe o que custar" pela opressão social e anarquia econômica, e denunciaram a Guerra dos 30 anos como "fruto do ateísmo"; curas d'alma e juristas junto a reis e duques evangélicos luteranos insistiram a que o bem comum se antepusesse ao bem individual dos grandes; na Suécia evangélica luterana, os colonos foram considerados "o campesinato de Deus"; universidades evangélicas da Alemanha denunciaram a servidão ("Leibeigenschaft") dos aldeões e sublinharam o direito antiquíssimo de homem do campo sobre o recente dos fidalgos; mestres evangélicos luteranos de direito público sugeriram coparticipação das diversas classes no governo e encareceram que funcionários públicos têm de criticar autoridades despóticas e não se deixar usar como seus instrumentos;

- a Suécia estatizou, no fim do século XVII, a produção do pão; entre eslovacos, estonianos e lituanos evangélicos luteranos, desde sempre estiveram em voga pensamentos, movimentos e práticas socialistas; os evangélicos luteranos na Tansânia, bastante antes da independência, exerceram, no seu meio, formas tribais de um socialismo africano;
- na atualidade a Federação Luterana Mundial publicou questionamentos contundentes acerca da perniciosidade do mercado livre bem como da propriedade privada; durante a sua VI Assembléia Geral (1977) se falou em "revolução justa" como última saída para povos mantidos em situações insuportáveis e a VII (1984) suspendeu a participação de duas igrejas que não se distanciaram da Apartheid em em pregação e prática comunitária.

### LIBERDADE DE EXPRESSAR-SE, RACIOCINAR, CRIAR E VIVER COM SIMPLICIDADE.

Evangélicos luteranos conhecem ainda outras formas de liberdade. Embora o espaço aqui concedido impossibilite um desdobramento, a sua crescente importância força a mencioná-las. Evangélicos luteranos estão sendo inspirados por Martin Lutero em relação à liberdade.

- de expressar idéias e crenças. Enquanto na época católicos romanos e presbiterianos procederam segundo a tradição de que "se falsi-

ficador de dinheiro merece a morte tanto mais aquele que seduz almas". Lutero contrapôs: "Deixem-nos (os heréticos, inclusive os seus adversários) pregar, desimpedidos, o que e contra quem quiserem. Precisam existir separações e a Palavra de Deus tem que guerrear. Deixem os espíritos se chocarem e se atacarem". Também antecipou dinheiro para que um opositor publicasse críticas a ele. Mais tarde, na noite de núpcias de Lutero, o acolheu em sua casa;

- de usar bom senso e raciocínio na convivência humana. Lutero estimulou o espírito solidário e o auxílio mútuo entre os habitantes da mesma localidade. Ele asseverou que, para a organização da sociedade civil, urge aprender de pagãos e até dos turcos - inimigos de morte da Igreja e da civilização ocidental de então - que achou menos corruptos e mais dedicados e sábios no tocante à estratificação do bem comum do que os cristãos;
- de criar, mormente na educação. Lutero viu nesta, "ao lado da pregação do Evangelho", a tarefa "mais útil, a maior e melhor" afirmando "desconhecer qual das duas afinal é melhor", exigindo escolas públicas gratuitas e - para ambos os sexos e tendo como meta ensinar a servir aos concidadãos e não conseguir riquezas através deles ("Dienen nicht verdienen"). Com o Catecismo Menor, em prédicas e livretos, deu impulsos para uma pedagogia orientada pelas faixas etárias, ressaltando o valor das brincadeiras, inclusive dos pais com os filhos, e destacando no currículo a história, as línguas e, sobretudo, a música, "depois da teologia, a rainha do coração humano", "odiada pelo diabo" e "desprezada pelos entusiasmados (fundamentalistas, inclusive Calvino com os seus adeptos)". Daí se compreende que Johann Sebastian Bach fora evangélico luterano rigoroso e que as primeiras fábricas de brinquedos surgiram em regiões evangélicas luteranas da Alemanha;
- de viver modestamente, pobre, sem inveja. Lutero nunca cobrou um tostão pelas suas centenas de publicações: "De graça recebi, de graça dou"; quando catedrático solteiro ficou sem remuneração, só como pregador percebeu algo que não lhe permitiu comprar uma nova batina, enquanto os seus colegas universitários ganhavam de 6 a 11 vezes mais. Ao casar, apenas teve duplicado o seu salário, de modo que arrumou um torno mecânico e foi aprender a tornear, para eventualmente manter a família.

#### EVANGÉLICOS LUTERANOS NO BRASIL?

Conhecemos evangélicos luteranos nas nossas comunidades e escolas e no Brasil

- que descobriram o sentido da sua existência

no serviço ao bem comum e à liberdade dos oprimidos?

- que, por conseguinte, optam por vida simples, recusando ofertas vantajosas e resistindo a dependências emocionais à terra de origem e família, que os pretendem dissuadir disto?
- que são criativos e estimulam a criatividade onde quer que seja, sobretudo na subjugação da ganância?
- que defendem a livre expressão de pensamentos e convicções, combatendo censura e patulhamento ideológico?
- que usam a razão e análises científicas para a estruturação de uma sociedade participatória, distributiva e igualitária, aprendendo dos que - como se dizia - subvertem moral e religião da gente?
- que batalham pela proibição dos monopólios e dos atravessadores, pela desapropriação dos exploradores e eliminação do mercado livre?
- que lutam pela organização popular a partir das bases e pela justa revolução?

#### A SOMA DA VIDA CRISTÃ

Se eles existem entre nós - como existem em outras plagas e existiram em todos os séculos - é porque crêem, como Martim Lutero formulou:

"Um cristão é um livre senhor de tudo e de todos e não é sujeito a ninguém./Um cristão é um servo solícito de tudo e de todos e sujeito a cada um".

Aí temos "toda a soma da vida cristã" (Lutero); o seu fundamento e a sua meta: libertados, evangélicos luteranos são convertidos em descobridores e criadores, defensores e promotores das liberdades acima arroladas. Ao empenhar-se por elas é que a sua libertação chega ao termo. Começa, pois, com a sua libertação, sem ela nada feito. Libertação de quê? Lutero: "De todos os pecados, da morte e do poder do diabo".

#### LIVRES DOS PECADOS, DA MORTE E DO DIABO

Libertação "de todos os pecados" é ser livre do seu passado e do seu clã, da sua formação e consciência, por conseguinte, alegre e pronto para atitudes e ações - conforme as circunstâncias, arriscadas - que promovem a vida humana aqui e hoje. No meio da luta, evangélicos luteranos notam que, muitas vezes é impossível fugir da culpa. Entretanto não se esquivam por ter certeza do perdão que Deus concede àqueles que se tornam culpados por responsabilidade pública e não por leviandade individualista.

Libertação "da morte" é esperar contra qualquer esperança. Evangélicos luteranos que os mecanismos da preocupação e do medo na sociedade mantêm as pessoas conformadas. Eles esclarecem que o poder de uns vive do obscurantismo dos outros. Desmascaram o embotamento, o pavor e a morte como contra-revolucionários. Professam que a morte jamais é o fim; e clarividência, privilégio de ninguém. Indicam para a história onde pinhados de conscientizados destemidos iniciaram a conquista das liberdades fundamentais univer-

sais, porque agiram diferente do que os respectivos opressores pensaram que agiriam.

Libertação "do poder do diabo" é ser livre das próprias inclinações, instintos e padrões. Evangélicos se confessam valorizados sem o demonstrativo do seu possuir e produzir. Consideram sinal de escravidão vangloriar-se da sua obra. Não cuidam da sua imagem pois sabem que quem o faz, acaba virando infrutífera estátua de sal. Por isso são os indicados para enfrentar situações e integrar missões que não conferem honras, embora sejam imperativas para alcançar a sociedade participatória, distributiva e igualitária.

### OS LIVRES LIBERTADOS

Resumindo: libertado quer dizer "livre a própria liberdade" (Moltmann), desistir daquilo a que se tem direito para efetuar o que promove o próximo, abandonar a si mesmo para se dar "com corpo, bens e honra", (Lutero) ao semelhante. É ser "livre libertado", como Lutero assinou cartas suas. Em colocações de Paulo Freire: ser "livre do querer ser opressor", "homem novo, não mais opressor nem oprimido", dialogante que "não impõe, não maneja, não domestica, nem sloganiza"; ter humildade e paciência revolucionárias; ser o revolucionário na revolução que transforma de fato a estrutura e quadro de miséria e não só troca de posições opressores e oprimidos.

### COMO SURGEM OS LIVRES LIBERTADOS

Como surgem livres libertados, os militantes pela transformação radical do que está aí? Na comunhão com Jesus Cristo. Esta se dá onde ele compartilha a sua vida, a sua palavra, o seu corpo e sangue - na sua comunidade. Então ocorre que ele gera e acompanha a pessoa que assume arriscar ser para o próximo "um 'Cristo' tal qual Cristo se tornou para ela" a fim de "salvá-lo material e espiritualmente" (Lutero), sim para "enfrentar a própria morte por amor de algum irmão (v. Zinzendorf).

Tal se pode ensinar? Não sei, mas animar a se expor para que o aconteça consigo - isto é possível. Certamente mais com exemplo de vida e menos com sermões! Encoraja-se para a vivência livre libertada narrando de vida de livres libertados. O que nunca se pode é obrigar.

Uma vez que neste particular importam sensibilidade psicológica e métodos pedagógicos populares convém supor que professores evangélicos luteranos - em virtude da sua experiência de "educadores que já não são os que apenas educam, mas os que, enquanto educam, são educados, em diálogo com os educandos que, ao ser educados, também educam" (Freire) - deverão conscientizar mais do que pastores."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 96/85 (Mensagem n. 117/85 - ex-Proposição n. 105/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 15.05.85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 97/85 (Mensagem n. 128/85 - ex-Proposição n. 116/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de 03.05.85, aos Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e a EMOPAR, com municípios e objetivos que especifica. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 98/85 (Mensagem n. 134/85 - ex-Proposição n. 122/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de 05.07.85, a Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e municípios que especifica, objetivando aplicação de Recursos Financeiros da COMEC, na execução de obras dos municípios signatários. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 99/85 (Mensagem n. 141/85 - ex-Proposição n. 128/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com o município de Terra Boa em 12.06.85 e com o município de União da Vitória em 11.07.85, com objetivos que especifica. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 100/85 (Mensagem n. 125/85 - ex-Proposição n. 117/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 30.05.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o município de Guaratuba, objetivando implantação de serviços de segurança contra incêndios e prestação de socorros públicos no referido Município. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 101/85 (Mensagem n. 120/85 - ex-Proposição n. 110/85),

oriundo ao Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 15.05.85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, com a participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 102/85 (Mensagem n. 131/85 — ex-Proposição n. 118/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 05.07.85 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o município de Curitiba, com a participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n. 103/85 (Mensagem n. 101/85 - ex-Proposição n. 89/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná de n. 02/85 e 03/85, através do DER, com a participação das Secretarias dos Transportes e de Assuntos Comunitários, com municípios e objetivos que especifica. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Solene para segunda-feira dia 04, às quinze horas, para entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Garibaldi Duarte Reale e uma sessão ordinária para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 72/85

##### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 307/84, 25, 42, 79, 131 e 152/85 e dos Projetos de Resolução n. 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93 e 94/85

##### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 179/85 e dos Projetos de Lei n. 110, 158, 180, 293, 296 e 319/84; 18, 19, 43, 62, 102, 111, 115, 118, 119, 121, 122, 129, 130, 136, 149, 155, 156, 162, 163, 175, 178, 183 e 211/85

##### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 170/85

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 41/85

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 212/85

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n. 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102 e 103/85

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 43 e 270/84

Levanta-se a sessão.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA — 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 19 (dezenove) dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se sob a presidência do deputado Ervin Bonkoski, a Comissão de Finanças. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N. 110/84, de autoria do deputado Sérgio Spada, visando disciplinar a aplicação, do Salário Educação, Quota Estadual, e dá outras providências. Relator, deputado Djalma de Almeida César, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N. 128/84, de autoria do deputado Mário Pereira, dispondo que os valores das multas arrecadadas pelo Estado em decorrência de infrações de trânsito, reverterão aos municípios, na forma que especifica. Relator deputado Erondy Silvério, parecer contrário-aprovado. PROJETO DE LEI N. 332/84, de autoria do deputado Ezequias Losso, acrescentando parágrafo único ao Artigo 2.<sup>o</sup> da Lei n. 7.568 de 11 de janeiro de 1982, concedendo pensão mensal aos membros da Assembléia Constituinte de 1947, que contarem com mais de 70 anos. Relator deputado Homero Oguido, parecer contrário-aprovado. PROJETO DE LEI N. 110/85, de autoria do Poder Executivo, objetivando majorar, a partir de 1.<sup>o</sup> de julho do corrente, os vencimentos do Pessoal Civil e Militar do Estado, e dá outras providências. Relator deputado Ervin Bonkoski, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, do que para constar, eu, Nelson Salles lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Deputado ERVIN BONKOSKI

Presidente

Nelson Salles

Secretário

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA — 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 7 (sete) dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e cinco, reuniu-se sob a Presidência do deputado Homero Oguido, a Comissão de Finanças. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado o PROJETO DE LEI N. 321/84, de autoria do deputado Adhail Sprenger Passos, autorizando o Poder Executivo instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná — FUNCITEC. Relator deputado Djalma César, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, do que para constar, eu, Nelson Salles, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Deputado HOMERO OGUIDO  
Presidente

Nelson Salles  
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
10.<sup>a</sup> LEGISLATURA — 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e cinco, reuniu-se sob a Presidência do deputado Homero Oguido, a Comissão de Finanças. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foram relatados os projetos de lei n. 35/85, 43/85, com pareceres favoráveis do relator, deputado Homero Oguido. APROVADOS; 335/84, com parecer contrário do Relator, deputado Tadeu Lúcio Machado. Aprovado; 40/85, 79/85 e 104/85, com pareceres favoráveis do Relator, deputado Augusto Carneiro. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, do que para constar, eu, Nelson Salles, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Deputado HOMERO OGUIDO  
Presidente

Nelson Salles  
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
10.<sup>a</sup> LEGISLATURA — 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA  
ATA DA 5.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 7 (sete) dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e cinco, reuniu-se sob a presidência do deputado Ervin Bonkoski, a Comissão de Finanças. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N. 94/85, de autoria do deputado Erondy Silvério, dispondo que as despesas e investimentos no sistema penitenciário, compete exclusivamente ao Poder Executivo. Relator deputado Tadeu Lúcio Machado, parecer contrário-aprovado. PROJETO DE LEI N. 102/85, de autoria do deputado Djalma César, concedendo pensão mensal de 3 (três) salários mínimos regionais à escritora Maria Nicolas. Relator, deputado Tadeu Lúcio Machado, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N. 157/85, de autoria do Poder Executivo, solicitando autorização para subscrever aumento de capital da SANEPAR, através de integralização de um terreno medindo 3.000 metros quadrados de propriedades do Estado. Relator deputado Tadeu Lúcio Machado, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N. 212/85, de autoria do Poder Executivo, que abre Crédito Especial até o valor de Cr\$41.124.000.000 (quarenta e um bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. Relator deputado Ervin Bonkoski, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N. 282/85, de autoria do deputado Rubens Bueno, autorizando o Poder Executivo estabelecer piso salarial ao Funcionalismo Público da Administração Direta e Indireta do Estado. Relator, deputado Luiz Alberto Oliveira, parecer favorável com substitutivo-aprovado. PROJETO DE LEI N. 184/85, de autoria do Poder Executivo, solicitando autorização para abertura de Crédito Especial ao vigente orçamento do DETRAN. Relator deputado Homero Oguido, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, do que para constar, eu, Nelson Salles lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme será assinado pelo senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Deputado ERVIN BONKOSKI  
Presidente

Nelson Salles  
Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA — 10.<sup>a</sup> LEGISLATIVA  
ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco, com a presença do Senhor Presidente da Comissão, deputado Djalma de Almeida César, e os Senhores Deputados Artagão de Mattos Leão, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, Nestor Baptista, Dirceu Manfrinato e Orlando Pessuti, conforme convocação feita, reuniu-se esta Comissão, na Sala das Reuniões das Comissões. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Nada havendo para constar da



Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, com o PROJETO DE LEI N. 38/83, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo criar a 20ª Subdivisão Policial, com sede no Município de Nova Esperança, como especifica. Relator Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL. Em discussão. O Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão requer que o Projeto seja convertido em diligência junto ao Poder Executivo, a fim de que a Secretaria de Segurança Pública opine a respeito. O Senhor Deputado Nestor Baptista pede que o requerimento seja colocado em votação, tendo em vista que o seu voto será acompanhado o Parecer do Relator. O Senhor Presidente esclarece que o Projeto de Lei já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, sem observação. O Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão solicita que seu requerimento seja retirado de votação e declara que seu voto também é favorável ao Parecer, com o requerimento visava apenas evitar futuro veto do Poder Executivo. APROVADO o Parecer Favorável. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Djalma de Almeida César, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

Rita Soares Bertoli  
Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA – 10ª LEGISLATURA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de um mil, novecentos e oitenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado HOMERO OGUIDO, constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado JORGE MAIA FILHO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 244/84, de autoria do Deputado Edmar Costa, PROJETO DE LEI N. 275/84, de autoria do Deputado Wilson Fortes, PROJETO DE LEI N. 05/85, de autoria do Deputado Edmar Costa, PROJETO DE LEI N. 28/85, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, PROJETO DE LEI N. 47/85, de autoria do Deputado Nelson Buffara, PROJETO DE LEI N. 52/85, de autoria do Deputado Roberto Requião, PROJETO DE LEI N. 65/85, de autoria do Poder Executivo, PROJETO DE LEI N. 67/85, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, PROJETO DE LEI N. 82/85, de autoria do Deputado

Edgard Pimentel, PROJETO DE LEI N. 86/85, de autoria do Deputado Anibal Khury, PROJETO DE LEI N. 87/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno, PROJETO DE LEI N. 89/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno, PROJETO DE LEI N. 91/85, de autoria do Deputado Roberto Requião, PROJETO DE LEI N. 103/85, de autoria do Deputado Edgard Pimentel, PROJETO DE LEI N. 105/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno, PROJETO DE LEI N. 106/85, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, PROJETO DE LEI N. 107/85, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos, PROJETO DE LEI N. 108/85, de autoria do Deputado Hermas Brandão, PROJETO DE LEI N. 113/85, de autoria do Deputado Hermas Brandão e PROJETO DE LEI N. 116/85, de autoria do Deputado Ervin Bonkoski, bem como os Projetos de Resolução de n.os 77/85, 78/85, 79/85 e 80/85, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Deputado HOMERO OGUIDO

Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior  
Secretário

#### COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES 3ª SESSÃO LEGISLATIVA – 10ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco, às quinze horas e trinta minutos, após a sessão plenária, na forma do Regimento Interno, reuniram-se na Sala das Comissões, os senhores Deputados Odeni Mongruel, Edgard Pimentel, Werner Wanderer, Sabino Campos, Ferrari Júnior, Dirceu Manfrinato e Eduardo Baggio, este na qualidade de suplente, indicados por suas bancadas partidárias para compor a Comissão Permanente de Cultura e Esportes desta Casa. Havendo número legal e na forma do Parágrafo Único do artigo 40 do Regimento Interno, assumiu a direção dos trabalhos o Senhor Deputado Edgard Pimentel, dizendo que a finalidade da presente reunião é para instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Cultura e Esportes. Dando por instalada a Comissão, realizou-se a eleição, verificada a votação constatou-se a unanimidade de votos para os senhores deputados Edgard Pimentel e Werner Wanderer, para presidente e Vice-Presidente respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito o Senhor Presidente agradeceu a seus nobres pares pela sua eleição para este importante órgão técnico da Casa. Na oportunidade o Senhor Presidente avocou o Projeto de Resolução n. 58/85 de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Fur-

tado, que cria a "Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná". Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, mandando que se lavrasse a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Agildes de Oliveira Martins, mandada a publicação para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1985.

Deputado EDGARD PIMENTEL

Presidente

Agildes de Oliveira Martins

Secretário

### COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

#### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA – 10ª LEGISLATURA

##### ATA DA 2ª REUNIÃO

Aos sete dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco, às dezesseis horas e dez minutos, reuniu-se a Comissão de Cultura e Esportes, sob a presidência do Senhor Deputado Edgard Pimentel e contando com as presenças dos senhores deputados Dirceu Manfrinato, Sabino Campos, Werner Wanderer e Eduardo Baggio, este na qualidade de suplente, convocado pelo Senhor Presidente. Havendo número legal o Senhor Presidente iniciou os trabalhos, na Hora do Expediente foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando-se a seguir à Ordem do Dia, ocasião em que foi relatado pelo Senhor Presidente o Parecer apostado ao PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 58/85, de autoria do senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado, criando a "Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná", conforme especifica. Colocado em votação o mesmo foi aprovado por unanimidade. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, mandando que se lavrasse a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, e mandada a publicação, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1985.

Deputado EDGARD PIMENTEL

Presidente

Agildes de Oliveira Martins

Secretário

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

#### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA – 10ª LEGISLATURA

##### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Educação sob a presidência do senhor Deputado Rubens Bueno e com a presença dos senhores Deputados: Márcio Almeida, Antônio Belinatti,

Ezequias Lossó, Odeni Mongruel e Tadeu França, contando ainda com a presença dos Coordenadores do Núcleo dos celetistas ligados à Associação dos Professores do Paraná e a presença de aproximadamente noventa (90) professores celetistas do Estado. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Foi lido ofício do Centro Educacional João XXIII de Marmeleiro, Paraná, o qual solicita interferência da Comissão junto ao Senhor Presidente da República, no sentido de vetar o Projeto de Lei n. 05/85 em tramitação na Câmara Federal. O Senhor Presidente, designou o Deputado Odeni Mongruel para as providências cabíveis. Na oportunidade foi apreciado o Projeto de Lei n. 13/84, que dispõe sobre escolha democrática dos Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e dos Diretores das Faculdades Estaduais isoladas na forma que especifica e dá outras providências. O Projeto é de autoria do Deputado Márcio Almeida. Relator: Deputado Tadeu França. Parecer: Favorável. Aprovado. Os membros da Comissão indicaram o senhor Presidente Rubens Bueno, para ir à Brasília representar a mesma. A seguir passou-se a palavra aos presentes, tomando a palavra os professores designados anteriormente pelos Colegas, que procederam a leitura e explanação sobre o conteúdo dos documentos de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries, respectivamente. Todos os Deputados presentes fizeram uso da palavra bem como os professores representantes. Todos os debates e depoimentos da reunião se encontram em notas taquigráficas traduzidas que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

Deputado RUBENS BUENO

Presidente

Maria Aparecida Amaral

Secretária

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

#### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA – 10ª LEGISLATURA

##### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e oitenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do senhor Deputado Rubens Bueno e com a presença dos demais membros da mesma. A presente reunião foi marcada para debater o problema do monolíngüismo nas escolas. O senhor Deputado discorreu sobre a visita que em nome da Comissão de Educação foi feita a Brasília. Compareceram à reunião inúmeras professoras de línguas do Estado. Várias professoras e Deputados fizeram uso da palavra. Todos os debates da presente reunião, se encontram em notas taquigráficas.



ficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

Deputado RUBENS BUENO

Presidente

Maria Aparecida Amaral

Secretária

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

#### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA – 10ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e hum dias do mês de outubro do ano de hum mil e novecentos e oitenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do senhor Deputado Rubens Bueno e com a presença dos demais membros da mesma. A presente reunião contava com a presença dos senhores Jorge Bounassar Filho, Alcides V, de Carvalho, Nardir Antonio Sperandio, Arnaldo Leonel Ramos Júnior, Ivan G. Piza, Paulo Roberto Gutierrez, Luiz Carlos Bruschi, Antônio Bacarin, Donato Parisotto e de Maria Helena de Moura, todos pertencentes à Universidade Estadual de Londrina. Dentre os presentes seis são candidatos a reitor da mesma Universidade. O senhor Presidente leu o ofício n. 468/85 da Associação dos Professores do Paraná enviando em anexo cópia do ofício n. 457/85 dirigido ao Senhor Governador, comunicando-lhe as decisões da Assembléia Geral Extraordinária dos professores da Rede Estadual, realizada em Maringá, no último dia 19 e a pauta de debates propostas pela Diretoria Geral da APP aos professores, a ser discutida nos próximos dias 5 e 6 de novembro. A seguir foi apreciado o seguinte processo: PROJETO DE LEI N. 46/85 – De autoria do senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo, criar no município de Paranaíba, Escola Técnico Agrícola em nível de segundo grau, que receberá o nome de "Colégio Técnico-Agrícola Heitor Alencar Furtado". Relator: Deputado Tadeu França. Parecer: Favorável. Aprovado. A seguir o senhor Presidente passou a palavra aos presentes que discorreram sobre a eleição que se realizará na Universidade Estadual de Londrina. Os membros da Comissão indicaram o nome do senhor Presidente e também do senhor Deputado Djalma de Almeida César e do senhor Deputado Márcio Almeida para comparecerem à eleição do reitor da Universidade Estadual de Londrina. Indicação esta, que foi aceita por todos os presentes. Em primeiro lugar o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Alcides Vitor de Carvalho, presidente do sindicato de professores de Londrina, o qual elogiou o Presidente da Comissão por estar sempre à disposição dos professores e atender os problemas dos mesmos. O senhor Deputado Djalma

de Almeida César convidou todos para visitar a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Todos os presentes fizeram uso da palavra. Todos os debates e exposições da presente reunião, se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

Deputado RUBENS BUENO

Presidente

Maria Aparecida Amaral

Secretária

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 10ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de outubro de um mil e novecentos e oitenta e cinco, na sala da reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos Senhores Deputados: Ezequias Losso, Odeni Mongruel, Ivan Gubert, Amélia Hruschka, Nestor Baptista, Basílio Zanusso, Trajano Bastos e Djalma de Almeida César. Havendo número legal o Senhor Presidente autorizou o início dos trabalhos com a seguinte ordem do dia: 01) Projeto de Lei n. 191/85, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Institui a garantia de emprego para os empregados das empresas de propriedade do Estado do Paraná, admitidos por concurso público, cujas relações de emprego sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho. Relator Deputado Nestor Baptista. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 02) Projeto de Lei n. 200/85, de autoria do Deputado Sabino Campos. Declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Porto Alegre" com sede e foro no Município de Toledo. Relator Deputado Nestor Baptista. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n. 212/85, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 156/85. Autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar até o valor de Cr\$ 41.124.000.000 (quarenta e um bilhões, cento e vinte quatro milhões de cruzeiros) alterando o orçamento atual da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha – FSCMR, destinados a cobrir despesas que especifica. Relator Deputado Nestor Baptista. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Proposição n. 140/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 160/85. Encaminhando cópia autêntica do Convênio MICCDC/CIC-PR n. 08/85 de 13.03.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnica e financeira com vistas a dar continuidade na execução

do Projeto PESQUISA CONJUNTURAL DO COMÉRCIO VAREJISTA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Relatora Deputada Amélia Hruschka. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com Projeto de Resolução. 05) Projeto de Lei n. 190/85, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei n. 309/84, de autoria do Deputado Ervin Bonkoski. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 07) Projeto de Lei n. 194/85, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos. Relator Deputado Nestor Baptista. Requerimento no sentido de transformar o presente em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 08) Projeto de Lei n. 206/85, de autoria do Deputado Homero Oguido. Relatora Deputada Amélia Hruschka. Requerimento no sentido de transformar o presente em diligência junto ao autor e a Secretaria de Educação. DEFERIDO. 09) Projeto de Lei n. 181/85, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Requerimento no sentido de transformar o presente em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 10) Projeto de Lei n. 213/85, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 174/85. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 11) Projeto de Lei n. 210/85, de autoria do Deputado Ivan Gubert. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 12) Projeto de Lei n. 225/85, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Nestor Baptista. Requerimento no sentido de transformar o presente em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 13) Projeto de Resolução n. 203/84, de autoria do Deputado Rubens Bueno e outros. Relatora Deputada Amélia Hruschka. Requerimento do Deputado Basílio Zanusso solicitando vistas ao projeto. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária da Comissão, Pro Tempore.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente  
Lúcia Maria da Veiga Segall — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
DÉCIMA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado José Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos Deputados: Trajano Bastos, Ezequias Losso, Ivan Gubert, Djalma de Almeida César, Nestor Baptista, Luiz Alberto Oliveira e Mário Pereira. Havendo número legal, o Sr.

Presidente autorizou o início dos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 1) Proposição n. 152/85, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 172/85. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com Projeto de Resolução. 2) Proposição n. 143, oriunda da Mensagem Governamental n. 163/85. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com Projeto de Resolução. 03) Proposição n. 149/85, oriunda da Mensagem governamental n. 169/85. Relator Deputado Nestor Baptista. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com Projeto de Resolução. 04) Proposição n. 146/85, oriunda da Mensagem Governamental n. 166/85. Relator Deputado Mário Pereira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com Projeto de Resolução. 05) Projeto de Lei n. 147/85, de autoria do Deputado Edgard Pimentel. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 06) Projeto de Lei Complementar n. 241/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 173/85. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com Emenda Aditiva apresentada pelo Deputado Tadeu Lúcio Machado. 07) Projeto de Lei n. 220/85, de autoria do Deputado Mário Pereira. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 08) Projeto de Lei n. 199/85, de autoria do Deputado Sabino Campos. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 09) Projeto de Lei n. 228/85, de autoria do Deputado Homero Oguido. Relator Deputado Ezequias Losso. Requerimento no sentido de transformar o presente em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 10) Projeto de Lei n. 211/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 155/85. Relator Deputado Ezequias Losso. Por solicitação e aprovação dos membros presentes, deverá ser convocado o Secretário da Administração, para esclarecimentos. 11) Projeto de Lei n. 296/85, de autoria do Deputado Eduardo Baggio e outros. Relator Deputado Trajano Bastos. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO. 12) Projeto de Lei n. 171/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 13) Projeto de Lei n. 50/85, de autoria do Deputado Roberto Requião. Relator Deputado Luiz Alberto Oliveira. Requerimento no sentido de transformar o presente em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 14) Projeto de Lei n. 172/85, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. O Deputado Luiz Alberto Oliveira pediu a palavra, solicitando esclarecimentos sobre a destinação de recursos ao IPE, de que trata o Projeto de Lei n. 211/85, embora a Secretaria de Estado da Administração tenha esclarecido sobre o detalhamento das despesas, mas não foram devidamente esclarecidas sobre a real destinação dos recursos, assim sendo, o Deputado Luiz Alberto Oliveira REQUER seja adiada a votação. O Presidente esclarece que a análise da Co-

missão é pela constitucionalidade ou não do Projeto de Lei, não comportando a Comissão entrar no mérito da questão. Em seguida o Deputado Ivan Gubert afirma que já havia requerido vistas ao projeto e o mesmo não chegou às suas mãos. O pedido de vistas baseou-se no fato de que há necessidade de maiores esclarecimentos para que a matéria possa ser analisada sobre a sua legalidade. Assim sendo o Deputado Ivan Gubert propõe a presença do Sr. Secretário de Estado da Administração para esclarecimentos sobre a destinação dos recursos. O Presidente esclarece que a matéria já permaneceu na Comissão pelo prazo suficiente para atendimento do Regimento Interno. O Deputado Ezequias Losso sugere que os membros das outras Comissões também sejam ouvidos na ocasião em que houver a presença do Sr. Secretário da Administração. O Presidente esclarece que a Comissão deve respeitar o Regimento Interno e coloca a matéria para apreciação do Plenário, mesmo sabendo que a matéria está em Regime de Urgência. O Presidente solicita a presença do Sr. Secretário de Estado da Administração. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária da Comissão, Pro Tempore.

gall, Secretária da Comissão, Pro Tempore.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente

Lúcia Maria da Veiga Segall – Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
DÉCIMA LEGISLATURA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
TERMO DE ATA

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, compareceram ainda os Srs. Deputados Ivan Gubert, Amélia Hruschka, Basílio Zanusso, Odeni Mongrue, Hermas Brandão e Ezequias Losso e mais a presença do Sr. Secretário da Administração, Sr. José Olímpio de Paula Xavier e assessores que iriam dar explicações sobre a Mensagem n. 211/85. Após explicações a perguntas dos Deputados presentes (notas taquigráficas em anexo), o Sr. Presidente autorizou a elaboração do presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Sr. Presidente e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, Secretária da Comissão.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente

Lúcia Maria da Veiga Segall – Secretária

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA

B A L A N C E T E

ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 1.985

A T I V O		P A S S I V O	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>CIRCULANTE</b>	
Banestado - C/C 3138	4.868.465	IRF a Recolher	16.488.207
Banestado - C/C 29600	13.447.630	Seguros a Recolher	(1.836.800)
Banestado Poupança	384.519.066	Títulos Descontados	296.500.000
Valores Mobiliários	7.287.195.044		311.151.407
Empréstimos Concedidos	182.449.496		
Títulos a Receber	296.500.000		
IRF Compensável	88.018.886		
	8.256.998.317		
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>PATRIMÔNIO</b>	
Móveis e Utensílios	30.100	Patrimônio Líquido	3.547.476.446
<b>DESPESAS</b>		<b>RECEITAS</b>	
Aposentados	991.303.068	Renda de Contribuições	2.011.143.869
Serviços de Terceiros	14.822.340	Renda de Títulos	3.288.803.324
Materiais de Consumo	827.285	Juros de Empréstimos	94.531.692
Seguros	111.220	Outras Rendas	10.985.592
	1.007.063.913		5.405.464.477
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>9.264.092.330</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>9.264.092.330</b>

VICENTE P. RODACKI  
CONTADOR CRC-PR 6635

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO  
PRESIDENTE

ODENI VILLACA MONGRUEL  
TESOUREIRO